



Anais da Assembléia

N.º 98

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 21 DE AGOSTO DE 1981.

ANO VI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 91.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1981

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Fiori Luiz e Nilso Sguarezi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUEREM o envio de expediente à Câmara Federal, manifestando total solidariedade à emenda à Constituição Federal apresentada pelo Deputado Federal HENRIQUE BRITO (BA), que estabelece a possibilidade dos prefeitos municipais concorrerem à reeleição.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1981.

(aa) TÉRCIO ALBUQUERQUE e

DAVID CHERIEGATE.

JUSTIFICATIVA:

Em nosso entender, a emenda do Deputado Henrique Brito possibilitará a todos os Prefeitos se empenharem ainda mais no trabalho de suas administrações, visando com isto conquistar o apoio do eleitorado, como forma de garantir a reeleição. Por outro lado, em vários países da Europa, onde o regime democrático existe de direito, a reeleição no cargo é possibili-

tada. Ainda recentemente, nos Estados Unidos e na França, tivemos exemplos de que mesmo estando no poder, os Presidentes Carter e Giscard D'Estaing foram derrotados.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que o Poder Legislativo envie convite ao ilustre Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Excelentíssimo Senhor Afif Domingos, para que realize uma palestra nesta Assembléia Legislativa a respeito da situação da cafeicultura em seu Estado e dos estudos e projetos que estão sendo realizados por sua pasta para enfrentar tão dramática situação.

Outrossim, sugere que o convite deixe àquela autoridade a fixação da data oportuna para tal palestra e análises, embora encarecendo a expectativa e a urgência para saber o que aquele grande Estado tem de análises e avaliações a respeito.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1981.

(a) FIORI LUIZ.

JUSTIFICATIVA:

Todos os Srs. Deputados sabem da grave situação da cafeicultura brasileira e especialmente no Estado do Paraná, onde perdura um clima de desânimo e de expectativa sobre as tendências do mercado de seu produto.

Ora, o Estado de São Paulo sempre teve institutos, empresas e técnicos com o mais profundo conhecimento a respeito. Seria muito importante e ilustrativo que nós, do Paraná, bebêssemos um pouco desse conhecimento, para exercer melhor nossas atividades de colaboração com o Poder Público a respeito da questão, principalmente em termos de alternativas para a cafeicultura.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 86/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública o Instituto da IGREJA SÃO CARMELO DIVINO, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1981.

(a) GABRIEL MANOEL.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública, mantém uma clínica médica que presta atendimentos gratuito aos EXCEPCIONAIS CARENTES, crianças e adultos, também dando o mesmo atendimento às crianças que realmente não tiverem recursos, para com tal atividade justificar sua presença na comunidade.

Por tais razões, apresentamos este plano de lei, esperando dos ilustres Pares com assento nesta Casa de Leis, que se dê o devido apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna nesta manhã de sexta-feira, é um assunto que reputamos de profunda gravidade e que tenho a certeza que todos os Srs. Deputados têm sentido este problema no contato direto que mantém por certo, com nosso povo.

Há dias atrás, o Deputado Nestor Baptista abordou desta tribuna o grave problema do desemprego aqui em nossa Capital, mais especificamente, na cidade industrial.

Dizia, naquela oportunidade, este jovem valoroso Parlamentar, que o desemprego aqui em Curitiba, mais especificamente na cidade industrial somente neste primeiro semestre, teria atingido a cifra de 8.169 demissões.

Uma média de 50 demissões diárias é o que ocorre na cidade industrial.

E o que nos traz à tribuna exatamente, Sr. Presidente, é não só pelo aspecto do desemprego, que é por si só um problema muito grave. Porque, se para o trabalhador, já está difícil ou estava difícil sobreviver com um salário mínimo, imaginem este trabalhador sem este salário mínimo. Mas o mais grave, e é para isto que eu chamo a atenção de Vossas Excelências, é que o problema já ultrapassou o problema do simples desemprego.

Tenho sido procurado na minha Cidade de Londrina e aqui também no nosso gabinete e, tenho certeza, a grande maioria senão todos os Deputados, também têm sido procurados por pessoas desesperadas pedindo que, ou pedindo a nossa interferência junto a determinadas empresas ou àquela que esta pessoa está ligada, no sentido de mantê-la no emprego.

Vejam Vossas Excelências a que ponto nós estamos chegando. Pessoas que nos procuram desesperadas pedindo a nossa interferência, nobre Deputado Fiori Luiz, para mantê-la no emprego.

E o problema é mais grave que eu também tenha sido procurado, por pessoas que dizem o seguinte:— “Olha Deputado, se o senhor tiver amizade na empresa que eu estou trabalhando, pode dizer para ele, para o proprietário, para os diretores, que eu trabalho pela metade do salário mas que não me mande embora, pelo amor de Deus”.

Isto é uma triste e dura realidade. Em Londrina, o problema do desemprego está atingindo a proporções insuportáveis. Nós não temos praticamente feito outra coisa a não ser interferir junto ao empresariado londrinense, no sentido de tentarmos conseguir colocação para as pessoas em número expressivo que nos procuram.

E o que é pior, não há condição de resolver um por cento desse tipo de problema.

Então, a gente - como Deputado - tem realmente que chegar a uma conclusão de que as coisas neste Estado, que as coisas neste País estão caminhando a cada instante para um rumo que nós não sabemos como será o seu retorno.

É uma grande preocupação, é um assunto seríssimo, é um problema grave que eu aproveito esta oportunidade, para apelar ao Governo do Paraná, ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, para que deixe um pouco as feiras e as exposições do Parque Barigui de lado e procure objetivamente, fazer alguma coisa porque o povo paranaense já não mais suporta.

O trabalhador está desesperado. E nós não podemos assistir a isto, individualmente, cada um, passivamente. Fica aí um alerta ao Governo do Paraná para que faça urgentemente alguma coisa, visando minimizar esta crise social que assola desgraçadamente o Paraná e o País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quando se fala em abertura, democracia, eleições, alternância de poder e os militares se mobilizam, o grande Comando Militar se mobiliza e se declara pronto para atender a alternância do poder, por serem guardiães da Constituição, da Ordem e da Segurança Nacional, a “Folha de São Paulo” estampa em primeira página, quem sabe também outros jornais do mundo, estariam encampando a fala do Presidente da República, o Supremo Magistrado da Nação.

Ao ser indagado, Sr. Presidente, se ele concederia aposentadoria aos 25 anos de serviço ao magistério, às professoras, ele declarou taxativamente:— “enquanto estivermos desenvolvendo os grandes projetos da Ferrovia do Aço, Itaipu e outros, não poderemos dar aposentadoria aos professores aos 25 anos” “E com respeito ao 13.º aos funcionários públicos eu gostaria muito de poder pagá-lo ainda este ano, mas não há nenhuma possibilidade.”.

Sr. Presidente, um homem que jurou respeitar este emaranhado de preceitos conflitantes, contraditórios, e que descreve a democracia e a institucionalização da liberdade, que se convencionou chamar Constituição da República Federativa do Brasil, este mesmo homem que fala e jura instituir o regime democrático no Brasil, é o primeiro, o responsável em resguardar a ordem e a segurança nacional.

Teria declarado que não concederá aposentadoria que hoje é um mandamento constitucional. Que hoje é um preceito que a Nação inteira deve obedecer. Civis, militares, religiosos, mandatários ou eleitores, qualquer pessoa do povo tem que obedecer. É um mandamento da Nação, Sr. Presidente, este preceito representa uma ordem do povo brasileiro. E o próprio Supremo Magistrado da Nação vem dizer que não vai obedecer este preceito constitucional? Isto é desordem, Sr. Presidente, num regime democrático, este Presidente cairia. Isto quer dizer, mais uma vez, que não respeita o Poder Judiciário, e que marginaliza o Poder Legislativo. E que nenhuma abertura está em processo de viabilização. Ou ele estará brincando ou então a notícia é séria.

Sr. Presidente, é lamentável que tenhamos de vir no crepúsculo desta semana, numa sexta-feira, e veja, Sr. Presidente, numa sexta-feira, inclusive, que os muçulmanos respeitariam, estão em reunião para resolver problema relacionado com a OPEP, desrespeitar um princípio religioso, para solucionar um problema de natureza econômica mundial. E o Presidente da República, desta republiqueta do Brasil, deste quintal dos americanos, conforme disse Lincoln Gordon, eu acho que quem está ditando normas ao Brasil são os americanos que estão aí, fazendo um passeio por esta Nação, distribuindo sorrisos para a Nação brasileira.

Ora, Sr. Presidente, postergar um interesse, ou melhor, um direito legitimamente conquistado ao longo de muitos anos de jejum, e o Presidente da República declara que não irá obedecer a Constituição.

Eu deixo a pergunta para ser respondida pelos homens que apoiam e dão sustentação ao Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Somente no Estado do Paraná, as estatísticas indicam que quatrocentos mil empregados da lavoura foram despedidos, após as últimas geadas.

E as estatísticas apontam o número de um milhão de novos “bóias-frias” nos Estados do Paraná, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais.

No Norte do Paraná é comum a gente observar as filas de famílias nas estradas, nos acostamentos, famílias que foram

despedidas pelos cafeicultores, que preferem erradicar seus cafezais, com máquinas, e partir para a diversificação da lavoura, principalmente a soja que utiliza muito menos mão-de-obra, porque o maior gerador de mão-de-obra é efetivamente o café.

E a gente observa agrupamentos de pessoas na região de Lupionópolis, Florestópolis, Centenário do Sul, Porecatu, Itaguagé, Santo Inácio, Santa Inês, Santa Margarida, Bela Vista, região que o Deputado José Tavares conhece muito bem, grupos de pessoas já falando em saquear empórios, supermercados, atrás de alimentação.

É este o Estado do Paraná de hoje, com quase um milhão de "bóias-frias", prestes a declarar uma rebelião no Norte do Paraná.

E, como não vemos, a nível de Governo do Estado, qualquer esboço de alternativa para a cafeicultura, é que estamos enviando um requerimento à Mesa, solicitando convite ao Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Sr. Afif Domingos, para falar aqui, nesta Casa de Leis, nesta Assembléia, a respeito da situação da cafeicultura em seu Estado, e dos estudos e projetos que estão sendo realizados por sua Pasta, para enfrentar tão dramática situação.

Todos sabemos da gravidade do problema da cafeicultura brasileira, especialmente no Estado do Paraná, onde perdura um clima de desânimo e de expectativa sobre as tendências do mercado do seu produto.

O Estado de São Paulo sempre teve institutos, empresas e técnicos com mais profundo conhecimento a respeito. Seria muito importante e ilustrativo que nós do Paraná, bebêssemos um pouco desse conhecimento, para exercermos melhor nossas atividades de colaboração com o Poder Público, a respeito da questão, principalmente em termos de alternativas para a cafeicultura, porque me parece que o Secretário do Estado de São Paulo já tem alguma coisa a esse respeito.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Sexta-feira, talvez para desanuviar o triste fim de semana que devem passar todos os trabalhadores brasileiros, dado o arrocho salarial, dada a opressão existente sobre essa classe, o Assessor do Ministério da Justiça quer alegrar uma parcela da população brasileira, dando a notícia que a autonomia será desenvolvida às estâncias hidrominerais, em 1982.

Essa reforma eleitoral que está trazendo a democracia a conta gotas.

Gota mais gota, são uma espécie de balões de ensaio, para medir a temperatura da reação popular.

Fala-se em devolver a autonomia às estâncias hidrominerais, com grande alarido como que fosse isso a devolução da democracia.

No entanto, a democracia no Brasil, que não existiu desde 1964, essa democracia quebrada que estão querendo trazer e impor ao povo brasileiro, peca, está corroída exatamente na sua base.

A situação geográfica e política do Brasil, tem, nos municípios o seu sustentáculo, tem, nos municípios a sua base, no entanto, os municípios são os que mais sofrem com a concentração do poder.

No entanto, vários municípios de nosso Estado não têm sequer o direito de eleger os seus prefeitos. E agora fala-se apenas das estâncias hidrominerais, excluindo-se as capitais e principalmente as cidades da Área de Segurança Nacional, na faixa de fronteira. Principalmente, onde há corrupção, tornando insuportável a vida desses municípios.

Temos municípios, aqui no Paraná, que nem sequer fazem fronteira com país nenhum, como é o caso de Medianeira que, por falta de critério do decreto de faixa de fronteira, Medianeira conta como Área de Segurança Nacional. Onde prefeitos, verdadeiros caciques nomeados, fazem o que bem entendem, inclusive com as próprias câmaras. Desrespeitam-nas, como é o caso de Santa Helena, cujo Prefeito tendo um projeto reprovado em três votações, simplesmente desconheceu aquele fato e sancionou a lei. E hoje está às voltas com um mandado de segurança. E pelo que sabemos, do arbítrio que lá impera, provavelmente o Prefeito lá, por ser nomeado, por ser cacique, por ser o homem que não precisa do voto, nem da Câmara de Vereadores, haverá de ganhar a razão.

Isto aconteceu recentemente em Guaíra, quando o Prefeito pede que a Câmara aprove um projeto que lhe facilite, que lhe permita vender áreas do município e comprar outras, sem especificar aonde é que são. Só falta esses prefeitos que estão há 17, 15, 6, 5 anos, só falta eles entrarem com um pedido de usucapião para tornarem-se donos dos municípios.

Disso o Sr. Ministro da Justiça não toma conhecimento. Esses fatos não se levam a sério. Os maiores arbítrios. Os maiores desmandos, os maiores desgovernos, encontram-se exatamente nas Áreas de Segurança Nacional, e aqui está o Sr. Ministro esquecendo, solenemente, como foi esquecido, nesta Casa, um requerimento nosso que continua arquivado, que prova 9 processos que pesam contra o Prefeito de Medianeira, que a Casa não tomou conhecimento ainda, que se dá aos Prefeitos de [Faixa de Fronteiras, nas Áreas de Segurança Nacional, parece que, nessa nova democracia ensaiada por Figueiredo, haverá de continuar por todos os tempos! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Encerrado o Pequeno Expediente, em nome da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A sociedade brasileira por certo está mais estarecida, quando constata que as autoridades neste País, descumprem as suas obrigações de defendê-la na forma da lei, principalmente.

Ainda não se apagou da nossa memória, os dias que vivemos de preocupação, quando esta Nação foi sacudida com uma explosão no Rio-Centro e que não atingiu proporções de gravidade alcançando centenas e milhares de pessoas inocentes que viviam um momento alegre, e, tanto mais porque, se fazia sentir o nosso pesar pelo acontecimento, porque, nele, estavam envolvidos justamente duas figuras membros das nossas Forças Armadas. É verdade que o nosso Partido, o PMDB e as oposições, de imediato exigiam do Governo uma providência para apurar as responsabilidades e punir já os criminosos que a evidência dispensava outras provas, e mesmo porque já nessa altura se somavam praticamente a 100, os atentados à bomba que se praticavam neste País, e muitas vezes, na clandestinidade, aqueles que faziam parte de um esquema de repressão e de sustentação de um regime fascista, eram responsabilizados por esses mesmos atos inocentes ou apontados como suspeitos, pessoas inocentes.

Mas, Sr. Presidente, srs. Deputados, eu dizia do nosso estarecimento em ver que autoridades neste País descumprem as suas obrigações, e o que nós constatamos agora é que, o Procurador Geral da Justiça Militar, em parecer definitivo, determinou que não se oferecesse a denúncia contra os responsáveis pela explosão do Rio-Centro, apesar de, anteriormente, o parecer que se dava no processo, pelo Procurador da Justiça Militar, era rejeitado pelo Juiz Auditor. E, infelizmente, com a decisão agora do Procurador Geral da Justiça Militar, não haverá outro caminho para o juiz auditor, senão arquivar o processo em definitivo.

E já o fizeram em relação à primeira explosão do Rio-Centro e agora, em relação ao segundo inquérito que trata da explosão na Casa de Forças do Rio-Centro. Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é lamentável e nós estamos aqui nesta tribuna para registrar nesta Casa, o nosso protesto. Porque, com isso demonstrou o Procurador Geral da Justiça Militar, que a sua posição não está calcada nos princípios que devem conduzir os seus atos, qual seja, o de defensor da sociedade. E, determinando como determinou o arquivamento do inquérito, sob alegação de que não há possibilidade de se determinar a autoria, quando essa é evidente. Na verdade nada mais fez do que propiciar a impunidade que nós daqui bem distantes e pelas provas que foram trazidas aos olhos da Nação, não podemos em absoluto, aceitar.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lineu Turra, Vossa Excelência chega a ousar ir para a tribuna falar de um problema tão sério como o Rio-Centro. Tenho até a impressão que Vossa Excelência, saindo desta Assembléia, vai sofrer as mesmas restrições que sofreram Genival Tourinho ou então Marcelo Serqueira. Porque num País em que o Presidente da República declara que não vai obedecer um preceito constitucional, o mandamento da Nação, para que o seu magistrado supremo cumpra. E num País, onde a lei é só aplicável contra os adversários do regime. Realmente é temível a posição de Vossa Excelência, embora eu esteja não só solidário mas, também, tenho a mesma idéia que V. Excelência prega.

Por isso, quero me parabenizar com Vossa Excelência e dizer que tem muitos Rio-Centros, inclusive aqui no Paraná, tem os Rio-Centros (entre aspas) em que autores matam publicamente em vias públicas, assassinam e não têm autores.

Acho que o que está acontecendo é uma outra coisa na vida dessa gente - morrem de susto. Lamentavelmente a culpa não é das instituições, porque elas retratam o comportamento dos homens e se a justiça não se der conta de que precisa enfrentar este problema, é porque ela também não merece, como bem disse Getúlio Dias, e que é proibido repetir.

Parabenizo-me com Vossa Excelência e digo que a Nação olha pasmada para tudo isso. E nós, do Poder Legislativo, estamos fazendo o que aqui? O que que nós estamos fazendo? Legislando para que não haja garantia de que essas leis serão executadas, respeitadas por governantes e governados. Olha, Deputado Lineu Turra, o Rio-Centro é apenas uma célula deste grande corpo e eu penso que não há outro recurso. É organizarmos a sociedade, sobretudo, o povo, os mais pobres.

E eu ousou aproveitar este aparte, para dizer que estou fazendo levantamentos de algumas aposentadorias, inclusive desta Casa. Inclusive desta Casa, onde se ganha quase duzentos mil cruzeiros e depois sai daqui com elevados e polpudos vencimentos e vão trabalhar em outra repartição pública, ganhando outra vez.

Então, Deputado, está bagunçando demais o negócio. O que me parece viável, é mostrar para o povo o que o povo tem que fazer: — uma revolução. Simplesmente uma revolução, não uma revolução de dar tiros, uma revolução cultural, de todos aqueles que desejam restaurar a dignidade não só do poder, mas do País. A cidadania que está completamente ameaçada, postergada a soberania Nacional. Olha, Deputado, sou um homem frustrado, infeliz, por estas questões todas que a Nação não pode resolver.

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço o aparte brilhante do Deputado Fidelcino Tolentino. E digo que realmente nós, neste País, há quem diga, os brasileiros não têm cidadania. Porque essa cidadania nos foi roubada quando se deu o golpe de Estado em

64, que nada mais foi do que entregar este Brasil a interesses alienígenas. E ainda ontem, alguém dizia que este Brasil hoje, dele só tem a bandeira.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Lineu Turra, Vossa Excelência que esta semana está exercitando a vice-Liderança de plantão do PMDB, encerra esse seu período com muito brilhantismo e firmeza. Porque o PMDB foi a voz que mais se levantou de início, já no dia 1.º de maio, mostrando a apreensão da Nação quanto a irresponsabilidade que poderia mais uma vez acontecer pela não apuração do atentado do Rio-Centro. Fomos na verdade até agredidos por setores da sociedade. Fomos por vezes chamados de pessoas apressadas e que queriam indispor a Nação, contra a sua instituição, as Forças Armadas.

E a prova final, o resultado, aí está. Lembro-me bem que terminando o primeiro semestre, usava esta tribuna o Deputado Lineu Turra, para manifestar mais uma vez o perigo, a apreensão que nós tínhamos, ante a divulgação dos resultados, já no período de recesso. E lembro bem também que o vice-Líder do PDS que estava representando o partido naquele dia e que está presente, o Deputado Gabriel Sampaio, até nos chamava a atenção e nos puchava a orelha, dizendo que nós estávamos mais uma vez, sendo precipitados. Porque haveria que se aguardar e não prejudicar a coisa. Então mais uma vez assiste à Oposição o direito de cabeça erguida dizer que está aí a confirmação exata de tudo aquilo que é muito nítido para a Nação mas um embaraçoso para o Governo. A Nação inteira sabe que foi um acidente de trabalho. O que é nítido para a Nação, é embaraçoso para o Governo e seus homens. Mas a história ficará com a sua marca, como aconteceu com o período negro do Governo Médici, que enquanto ele assistia e ouvia os jogos do Flamengo, com rádio de Pilha ao ouvido, Fleuri assassinava nas prisões de ditadura. E hoje vem a clara, se desnuda esta realidade; amanhã se desnudará isso também. E aqueles que estiveram silenciados omissos e covardes, farão parte da co-autoria desse crime contra a Nação brasileira.

Muito obrigado e parabéns por levantar esse assunto mais uma vez, que traz as cicatrizes da anti-democracia, do anti-povo que é o regime que temos. A responsabilidade cabe ao Governo, ao Presidente. Cabe ao Presidente do INPS que garantiu perante a Nação, no início do mês de maio, de que tudo seria apurado. Estão aí os registros nos jornais. E o que se apurou, Deputado? O que se apurou? Se apurou mais uma vez a impunidade que é o maior estímulo à continuação do terrorismo neste País.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. LINEU TURRA — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o aparte do Deputado Nelson Friedrich, nosso Líder e, para terminar, Sr. Presidente, quero dizer que realmente a Oposição, quando de imediato exigiu do Presidente da República um posicionamento para apurar a responsabilidade daqueles que praticaram o ato de terrorismo, ou tentavam praticar o ato de terrorismo no Rio-Centro, a Oposição foi até ameaçada.

E, nesta oportunidade, o Presidente da República dizia que “doesse a quem doesse”, os responsáveis seriam punidos.

E nós do PMDB, e os demais Partidos da Oposição, confiantes na palavra de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, levamos o apoio para que ele responsabilizasse os autores do atentado. Então, agora, mais uma vez fica desacreditada a palavra do Presidente da República, porque os autores do atentado continuam na impunidade e a sociedade brasileira está descrente no Governo que aí está, e nós, por isso, mais uma vez daqui, queremos apelar para a consciência dos homens de bem, que se organizem para se defender, porque autoridade neste País.

nós não temos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja fazer uso de seu horário.

Declina. Tendo declinado, consulta à Liderança do Partido Popular.

Com a palavra o nobre Deputado Dário Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não obstante, diga-se que política e esporte são coisas que não se misturam, pretendo, no horário da Liderança do Partido Popular, focalizar exatamente os dois tópicos.

Inicialmente, no campo esportivo, para que possa encaminhar à Mesa, um requerimento vasado nos seguintes termos. (Lê).

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Excelentíssimo Senhor Deputado Luiz Roberto Soares, Secretário da Cultura e do Esporte, posto nos seguintes termos:

Senhor Secretário:

O autor deste expediente teve aprovado outro requerimento de sua autoria, em 20 de março de 1979, também endereçado a Vossa Excelência e abordando o controvertido ‘Pinheirão’ (cópia anexa). Referido requerimento teve na época o apoio do Deputado Mário Celso e foi aprovado pela Casa.

O apelo final se fazia no sentido de que essa Pasta pudesse examinar com realismo a situação do “Pinheirão”, estudando a viabilidade do Governo do Estado aceitar o desafio para que fosse possível a construção do tão sonhado Centro Esportivo.

Passados mais de dois anos daquele apelo, com as razões aduzidas da época, voltamos a requerer para que o assunto seja urgenciado e cientificado este Poder, das medidas adotadas, e, da conclusão a que chegou essa Secretaria.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 1981.

a) DÁCIO LEONEL”

Estou anexando ao requerimento, inclusive, um xerox do Diário desta Casa, onde consta o pronunciamento anterior também nestes termos: (Lê):

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Havíamos solicitado nossa inscrição, no Pequeno Expediente, tendo em conta a existência de um pedido de informações formulado pelo ilustre Deputado Mário Celso, da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, referindo-se ao problema do Pinheirão.

Todavia, pudemos, junto a S. Ex.^a, trocar rápidas idéias a respeito do assunto, e pudemos sentir que, na verdade, o que nos anima a todos, é apenas, e tão somente, a expectativa de que possamos ver concretizado esse grande sonho, ou seja, a construção do Pinheirão, como estádio, ou como grande centro esportivo.

Daí porque apresentamos à mesa um requerimento pelo qual solicitando o envio de um expediente ao ex-companheiro desta Casa, Deputado Luiz Roberto Soares, DD. Secretário da Cultura e Esportes. E vislumbramos, nesse expediente, no qual podemos contar também com a honrosa assinatura do Deputado Mário Celso, vislumbramos nesse expediente apenas, e tão somente, provocar uma posição daquela pasta. Porque, o nosso entendimento é que o problema do Pinheirão não é um problema para ser resolvido nem pela Federação Paranaense de Futebol, nem por qualquer agremiação desportiva, e muito menos pelo Governo do Estado.

Acreditamos que é uma obra só possível através do povo. É a pertence ao povo. E somente o povo poderá, efetivamente, vir a realizar essa grande obra, dotando o Estado do Paraná de

um moderno Centro Esportivo, para que dê, também, ao nosso Estado, a mesma condição de grandeza, no campo esportivo, nas mesmas proporções, na mesma medida, da grandeza que representa o Paraná no concerto federal, em outros campos.

O expediente, Sr. Presidente, que encaminhamos ao Sr. Secretário, assinado por este Deputado e pelo Deputado Mário Celso, vai vazado nos seguintes termos: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente expediente ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Secretário da Cultura e Esportes do Paraná, posto nos seguintes termos:

Senhor Secretário.

O velho sonho do curitibano e do paranaense volta aos noticiários, pois com a criação da nova Pasta da Cultura e Esportes renova-se a grande esperança de que o Paraná possa vir a ter concluído o seu Pinheirão, não apenas como um simples Estádio de Futebol, mas como um verdadeiro Centro Esportivo.

A “estória” do Pinheirão começou no entusiasmo do ex-presidente da Federação Paranaense de Futebol, Dr. José Milani.

Já em 1973 a revista “Placard” (n. 186) trazia uma farta reportagem, dando conta de que naquela altura as principais obras já estavam concluídas, como terraplenagem e estaqueamento — que custaram à época 800 mil cruzeiros; fosso, gramado, gerais, cadeiras e vestiários — com gastos de 2 milhões e 330 mil cruzeiros, tudo sem contar o terreno.

Muitos brasileiros do Paraná demonstraram interesse em auxiliar de uma ou de outra forma para que o sonhado “Pinheirão” fosse transformado numa realidade.

Dentre tantos, gostaria de mencionar um antigo comentarista esportivo da capital, Sr. Ernesto Costa de Souza — que, além de elaborar um plano-sugestão ainda fez questão de registrá-lo no Registro de Títulos e Documentos, isto em 22 de dezembro de 1975, sob número 30286 do Livro K-38 (2.º Ofício de Curitiba).

Pude ler atentamente esse plano e acredito que deva merecer um estudo profundo, pois entendo que repousa nas mãos do Governo a derradeira esperança de que seja concretizada a velha aspiração.

É evidente que importantes aspectos deverão merecer um exame especial, a saber:

a) situação do débito da F.P.F. junto ao Banco do Estado do Paraná;

b) situação do terreno onde se localiza o estádio.

Na verdade, Senhor Secretário, há uma expectativa muito grande de toda população com referência ao assunto.

Em última análise, na venda de ações patrimoniais estaria a solução para a conclusão da obra, apenas com a exigência de que existisse um aval de absoluta segurança, como no exemplo citado, o aval do próprio governo.

Em síntese, o objetivo deste expediente é no sentido de que essa Pasta possa examinar com realismo a situação, estudar a viabilidade do Governo do Estado aceitar esse grande desafio e, superados os obstáculos naturais para esse fim, seja o Governo do Estado o líder desse movimento que haverá de permitir que o próprio povo possa construir o seu sonhado Centro Esportivo.

Sala das Sessões, em 20 de março de 1979.

(a) Dácio Leonel”

Tem o aparte o Sr. Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência foi um dos grandes locutores esportivos do Paraná, o pai da matéria, e nós também já estamos há vinte anos no rádio, na televisão, no jornal, na imprensa de um modo geral. Eu pessoalmente sou contrário sob qualquer forma que se construa o Estádio do Pinheirão. Porque, é só pegar as estatísticas do campeonato paranaense para se ver que a média do público é de seis mil pessoas, por partida.

Entendemos que temos capacidade ociosa no Estádio Couto Pereira, um estádio para 50 mil pessoas que nunca tem mais de 6, 7, 8 mil pessoas.

O Estádio do Café, em Londrina, tem capacidade para 55 mil pessoas; o William Davis, em Maringá, para 35 mil pessoas. Hoje, os estádios se esvaziaram, não pelo nível técnico, talvez nem pelo preço dos ingressos, mas pelo problema social do País. Acabou a poesia, o circo está desabando, a lona está caindo, e o futebol sempre foi o sustentáculo deste Governo, de 70 para cá. Agora volta com o "medicismo", com esse grupo Médici que volta ao poder, pensando em ganhar a Copa de 82.

Não sei, essa febre de estádios foi um desastre para a economia nacional. Os estádios estão vazios, às moscas. O povo não tem mais poesia para campo de futebol, ele tem que pensar em encher a barriga e em outros problemas muito mais prioritários. Ele tem que pensar em outras coisas.

Tenho até medo de se fazer tantos estádios que podem servir para, até amanhã e é bom a gente lembrar, o Estádio Nacional do Chile — podem até servir de campo de tortura para o povo. O que não é difícil com a volta de Leito de Abreu e esse grupo de Médici no Governo.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço ao eminente Deputado Fiori Luiz e reservo-me para, em outra ocasião, também declinar aqui a minha opinião. Devo dizer, por antecipação, que é contrária à opinião de Vossa Excelência, mas, apenas não vou polimizar, hoje, porque, como já disse no início, pretendo tratar também de um assunto político.

Para falar num assunto político, devo dizer, inicialmente, que é preciso não confundir amizade, ou respeito, com política ou linha partidária.

Eu, como exemplo, sou amigo pessoal do vice-Governador Hosken de Novaes, desde os tempos de Londrina. Praticamente com ele comecei minha vida política.

Porém, ao definir-me, após a reforma partidária, optei pelo Partido Popular. Tal fato, entretanto, não impediu que eu continue a manter o mesmo relacionamento pessoal com o Sr. vice-Governador.

Certamente todos os Parlamentares aqui presentes, também devem manter relações de amizade com lideranças de outras agremiações políticas, sem que isso represente qualquer suspeita à sua linha partidária.

O mesmo ocorre com o ex-Governador Canet Júnior, em relação ao ex-Presidente Ernesto Geisel. E Geisel por ser amigo de Canet, quis ouvi-lo. E Canet foi claro e positivo, dentro da mesma linha que sempre o conduziu. Disse ao ex-Presidente Geisel que não teria condições morais para ingressar no PDS. Retornar não, porque nunca lá esteve. Para ingressar no PDS porque seu Partido, o Partido Popular no Paraná, já havia decidido não manter nenhum entendimento com o partido do Governo, além de constituir uma comissão para dialogar com os demais partidos de Oposição, visando futuros entendimentos.

Isso foi dito no início da conversa. Depois não se falou mais em política. Apenas os dois amigos continuaram a conversar.

E eu me espanto e fico abismado, quando começo a receber, inclusive, telefonemas de companheiros do Interior, assustados, porque as notícias que estão correndo são que Jaime Canet Júnior estaria com um pé no PDS; um pé no PDS eu não acredito porque nunca tive notícia de que Canet jogasse futebol, que fosse um bom jogador de futebol, e acho mesmo que, sendo um Partido no qual ele tem tantos amigos, pois Canet não pode negar, ele tem grandes amizades dentro do PDS, jamais iria botar o pé no PDS, atingir o PDS, não acredito. Não acredito porque ele tem respeitado todos os Partidos políticos. É preciso, de vez por todas, que não se faça esta confusão, que não se procure tentar melhorar a posição de um Partido político, em detrimento de outro, jogando-se um contra outro. Há uma preocupação terrível que toma conta do Go-

verno hoje, quando sente a aproximação dos Partidos de Oposição, numa união, dando-se as mãos. Amanhã, às 10:00 horas teremos uma reunião aqui em Curitiba, na sede do Partido Popular, com a presença das Comissões representativas do PMDB e do Partido Popular. Isto não é brincadeira, isto é política séria. Para quê? São Partidos que conversam, que dialogam, que estão na mesma linha, mas, o que acontece? Acontece que, a aproximação e o entendimento que está havendo entre os Partidos oposicionistas, está deixando desesperado o grande Líder do Partido governista no Paraná, e, os resultados aí estão. Toda essa manifestação pra tentar não, a projeção do Partido do Governo, mas, tentar, por todos os caminhos, criar dificuldades nas bases políticas do Interior. No início, quando se falou da aproximação dos Partidos de Oposição, nos primeiros entendimentos, nós recebemos, também, inúmeras manifestações do Interior, favoráveis. Favoráveis, porque o que se pretendia efetivamente, era que pudessem, PP, PMDB, PTB e demais Partidos de Oposição, marchar numa mesma linha em favor do povo e contra os casuísmos, ou, contra aquilo que o Governo tem praticado. Então, para defender, para não permitir que continue esta confusão, para permitir que cada um faça o seu trabalho, que cada um procure dizer ao povo as suas posições, é que não podemos aceitar as notícias que vêm sendo divulgadas sem nenhum caráter. Jaime Canet Júnior, eu já o disse desta tribuna, admite os entendimentos com os Partidos de Oposição mas encerrou definitivamente, qualquer possibilidade de entendimentos com o Partido do Governo, e, mesmo quando se falou a respeito do seu possível ingresso no PMDB, não no Partido, mas, para usar uma sub-legenda como um casuísmo para enfrentar os casuísmos governamentais, nem assim Canet achou que deveria utilizar aquela arma que talvez pudesse ser utilizada para que tivéssemos um casuísmo para enfrentar outros casuísmos. E por quê? Porque ele mesmo relembra, porque ele mesmo fazia questão de não esquecer, que, em todas as reuniões que tem mantido no Interior, em todas as reuniões em que Canet tem se pronunciado, pois havia sempre aquela dúvida, dúvida talvez, de sabotagem, de que pudesse haver aproximação dele com o Partido governista, Canet sempre fez questão de encerrar os seus pronunciamentos, dizendo: "na hora em que eu sair do Partido Popular, eu irei para a minha casa". Não tem condições, na verdade, nem para ingressar em outra agremiação da Oposição, que talvez pudesse ser entendida como solução. Mas, haveremos de continuar, com os Partidos de Oposição, a mesma caminhada, porque estamos visando os mesmos propósitos, a luta pelo povo.

Fica aqui o esclarecimento que faço não em meu nome, mas em nome da Liderança do Partido Popular nesta Casa.

(Com revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Ausente)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 27/81, (Mens. Govern. n.º 05/81), que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios que especifica, objetivando a execução de controle da erosão urbana nas sedes dos mesmos municípios. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 27/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os convênios celebrados em 05 de dezembro de 1980, entre o Estado do Paraná, e os Municípios adiante mencionados: Centenário do Sul, Colorado, Moreira Salles, Nova Esperança, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí, São Carlos do Ivaí e Terra Boa, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, na sede dos referidos municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 30/81, (Mens. Govern. n.º 35/81), que aprova o Termo de Convênio SELP/06, celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a intervenção da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social com o Município de Adrianópolis, objetivando a reforma e ampliação do prédio do Posto de Saúde da sede do referido município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 30/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E .

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio SEPL/06, celebrado em 05 de março de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, figurando como interveniente a Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, e o Município de Adrianópolis, objetivando a reforma e ampliação do prédio do Posto de Saúde da sede do referido município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução n.º 31/81, (Mens. Govern. n.º 36/81), que aprova os Termos de Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, com os Municípios especificados, objetivando a construção de micro-sistemas de abastecimento de água. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 31/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Termos de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado e do Bem-Estar Social, e da Companhia de Saneamento do Paraná — SANEPAR, e os Municípios adiante mencionados: Altônia, Antonina, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Campina Grande do Sul, Capanema, Congonhinhas, Doutor Camargo, Enéas Marques, Faxinal, Formosa D'Oeste, Francisco Alves, Guaraqueçaba, Ibaiti, Icaraíma, Imbituva, Inácio Martins, Irati, Jacarezinho, Jaguapitã, Joaquim Távora, Kaloré, Laranjeiras do Sul, Leopoldina, Manoel Ribas, Matelândia, Medianeira, Nova Olímpia, Nova Santa Rosa, Ortigueira, Ourizona, Palmas, Paranacity, Peabiru, Pérola, Piên, Piraí do Sul, Planaltina do Paraná, Quedas do Iguaçu, Rio Negro, Santa Helena, São Jerônimo da

Serra, São João do Ivaí, São José da Boa Vista, São José dos Pinhais, São Miguel do Iguaçu, Tapira, Teixeira Soares, Tibagi e União da Vitória, em 11/11/80; Balsa Nova, Campo Mourão, Cândido de Abreu, Cascavel, Nova Aurora, Pitanga, Porto Rico, Renascença, Santa Fé, Santo Antônio do Paraíso e Toledo, em 16/12/80, objetivando construção de micro-sistemas de abastecimento de água nos municípios signatários.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1981.

aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Agricultura, autorização desta Casa, para representar a Assembléia Legislativa do Estado no "I ENCONTRO SOBRE A PEQUENA PRODUÇÃO NA AGRICULTURA", sem ônus para este Poder. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 43/81. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à COPEL, em forma de pedido de informações, sobre os motivos que levaram a empresa a afastar o Professor Celso Saveli Gomes, do desenvolvimento do projeto de produção de biogás, ora em execução na Universidade Católica do Paraná. — **Aprovado.**

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) — Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

13 Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73/80.

EM VOTAÇÃO — 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52/81.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/81.

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resoluções n.ºs 32/81, 33/81 e 34/81.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/81.

Levanta-se a sessão.

Ata das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

9.ª LEGISLATURA — 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e oitenta e um, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Senhor Deputado TADEU LÚCIO MACHADO. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido

lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Deputado Antônio Cotrim, apresentou Redação Final aos seguintes processos: Projetos de Resolução de n.ºs 27/81, 30/81 e 31/81, os quais foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor

Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélío Guimarães Sotto Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1981.

*aa) TADEU LÚCIO MACHADO – Presidente
Lélío Guimarães Sotto Maior – Secretário.*